

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.928 - SP (2018/0292782-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : MARIA ANTONIETA DE OLIVEIRA ESGALIONI**  
**ADVOGADO : OLENO FUGA JUNIOR - SP182978**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por MARIA ANTONIETA DE OLIVEIRA ESGALIONI, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que inadmitiu, com fundamento na Súmula 7/STJ, o seu Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. REMESSA NECESSÁRIA NÃO CONHECIDA. APELAÇÃO CÍVEL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

1. Valor da condenação inferior a 60 salários mínimos. Remessa necessária não conhecida.
2. Insuficiente o conjunto probatório a demonstrar o exercício da atividade rural no período imediatamente anterior ao que completou o requisito etário. REsp repetitivo n. 1.354.908/SP
3. Inversão do ônus da sucumbência. Exigibilidade condicionada à hipótese do § 3º do artigo 98 do CPC/2015.
4. Remessa necessária não conhecida. Apelação provida para julgar improcedente o pedido" (fls. 114e).

Sustenta a parte ora agravante, no Recurso Especial, fundamentado na alínea c do permissivo constitucional. Argumenta, em síntese, que:

"A irresignação se funda no fato de que a decisão da 7ª Turma do TRF3, que reformou a sentença e consequentemente julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, com todo respeito, não se enquadra ao REsp repetitivo nº 1.354.908/SP e também diverge, consequentemente, com o entendimento jurisprudencial tanto das demais Turmas do TRF3 quanto do STJ.

No v. acórdão recorrido, em suma, a 7ª Turma do TRF3 entendeu que o caso enquadra-se no julgamento do REsp repetitivo nº 1.354.908/SP pelo fato da autora bóia fria ter, mesmo que involuntariamente, por problemas de doença, parado de trabalhar pouco tempo antes de completar 55 anos de idade.

Ressalte que o presente recurso não exige reanálise de provas, não esbarrando, portanto, na restrição sumular, mesmo porque não existe controvérsia sobre a qualidade de trabalhadora rural da autora, que juntou aos autos 17 (dezessete) contratos de trabalho rural que por

sua vez foram devidamente corroborados pela prova testemunhal.

A questão é que a autora não parou de trabalhar por que quis e de forma voluntária.

Questões alheias à sua vontade é que exigiram dela o abandono das lides rurais.

Não bastasse a prova testemunhal comprovando o abandono das lides rurais em função de problemas de saúde, laudo médico do IMESC, emitido em 12/05/2008, ora juntado, comprova as doenças incapacitantes e consequentemente os motivos de abandonar as lides rurais.

Assim, não restam dúvidas que parou involuntariamente de trabalhar na roça em função de problemas de doença.

Desta forma, não pode ser penalizada por ter adoecido e deixado de trabalhar pouco tempo antes de completar 55 anos de idade e, consequentemente, prejudicada no pleito da aposentadoria.

- DA PROVA DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EM RELAÇÃO AO NÃO ENQUADRAMENTO DO CASO NO RESP REPETITIVO 1.354.908/SP:

- Da decisão paradigma do STJ comprovando a divergência suscitada (Decisão na íntegra em anexo):

Não bastasse à questão da involuntariedade do abandono do trabalho rural antes do preenchimento do requisito etário, a decisão recorrida DIVERGE com o entendimento jurisprudencial consolidado, haja vista que a autora sempre foi rural e não intercalou período rural com urbano, como, por exemplo, da 1ª Turma deste Egrégio STJ, que no julgamento do AgRg no REsp 1398097 / PR, o Ministro Dr. HUMBERTO MARTINS, esclareceu o seguinte no item 3:

'Item 3...Não obstante o sobrestamento do presente feito até o julgamento do REsp 1.354.908/SP, submetido ao rito do art. completar a para fazer orientação autos, mas trabalhador 4 543-C do CPC/73, no qual a Primeira Seção desta Corte firmou entendimento de que o segurado especial, ao idade mínima, deve estar laborando jus à aposentadoria rural por nele contida não é aplicável ao sim para aquelas situações em apresenta períodos intercalados de no campo idade, a caso dos que o atividade rural e urbana...'

'Item 4...No presente caso, as instâncias ordinárias, a quem cabe a análise do contexto fático probatório, consignaram que 'tais documentos constituem início razoável de prova material do labor rural da parte autora, não se podendo olvidar que em se tratando de bóia-fria a jurisprudência chega até mesmo em dispensar esse início de prova material em razão da informalidade do trabalho no campo. A prova oral produzida, por seu turno, é convincente e robusta, demonstrando que a parte Autora sempre laborou no campo como diarista ou bóia-fria, atividade que permaneceu desempenhando mesmo após a morte de seu marido e até algo em torno de oito anos

atrás' (fl. 79, e-STJ)

Portanto, com todo respeito, a decisão recorrida não foi justa e, portanto, deve ser reformada" (fls. 119/121e).

Por fim, "espera que seja o presente RECURSO ESPECIAL recebido e acolhido para que seja reformada a decisão que julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, julgando-se consequentemente, procedente o pedido com condenação a partir da citação e honorários de 20% sobre o montante da condenação até a da da decisão do RE" (fl. 121e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece acolhimento.

Destaco, de plano, que, no tocante o suposto conflito jurisprudencial, o recurso especial não merece ser conhecido, pois não foram indicados, de forma clara e individualizada – como é obrigação da parte recorrente –, os dispositivos federais legais cujas aplicações tenham sido divergentes.

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Com efeito, "revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF" (STJ, AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/08/2014).

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EMPRESA AGROINDUSTRIAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI N. 8.212/1991. CUMULAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES URBANA E RURAL. AUSÊNCIA DE *BIS IN IDEM*. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. NECESSIDADE MESMO EM RECURSO ESPECIAL POR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284 DO STF. ÓBICE DA SÚMULA 83 DO STJ.

1. Relativamente à suposta violação do Decreto n. 83.080/79, da Lei Complementar n. 11/71 e da Lei Complementar n. 16/73, observa-se grave defeito em sua fundamentação, na medida em que os recorrentes não apontam quais preceitos legais seriam afrontados, o que caracteriza a ocorrência de alegação genérica e evidencia a deficiência na fundamentação recursal. óbice previsto na Súmula 284 do STF.

**2. Mesmo que o recurso seja interposto pela alínea 'c' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, necessita de indicação de dispositivo federal violado para a exata compreensão da controvérsia.**

3. Ademais, verifica-se que o Tribunal *a quo* decidiu de acordo com jurisprudência desta Corte, no sentido de que, *'no regime anterior à vigência da Lei 8.212/91 (período referente à hipótese dos autos), as empresas agroindustriais estavam obrigadas ao recolhimento das contribuições previdenciária rural e urbana, relativamente a seus empregados rurícolas e aos do setor urbano, respectivamente, vindo a ocorrer a unificação das Previdências Urbana e Rural somente com a edição da citada lei'* (fl. 2.018e). Incidência da Súmula 83 do STJ.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no Ag 1424021/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/10/2011).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE EM REGIME ESPECIAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDICAÇÃO GENÉRICA DE DISPOSITIVOS FEDERAIS VIOLADOS. SÚMULA 284/STF.

**1. Embora a parte recorrente tenha indicado violação ao Decreto 53.381/64, à Lei nº 7.368/85 e à Lei nº 83.080/1979, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF.**

2. A inversão da conclusão adotada pela Corte de origem, segundo a qual *'em relação ao agente eletricidade, imprescindível que se comprove a exposição a voltagem superior a 250 volts, o que não ocorreu'*, exigiria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, circunstância vedada no âmbito desta Corte Superior.

3. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.014.593/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/03/2017).

Ademais, considerando a fundamentação adotada, o acórdão recorrido, que concluiu pela inexistência dos requisitos necessários para concessão do benefício previdenciário – aposentadoria por idade de trabalhadora rural –, somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, providência vedada, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do

RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial. Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015. Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

